



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

ATA de reunião realizada em trinta e um de julho do ano de dois mil e vinte, às dez horas, por meio de sistema eletrônico, com a presença dos seguintes membros: **MEC**: Maria Fernanda Bittencourt, Secretária-Executiva Adjunta; Carolina Cristina Martins Cavalcante, Diretora de Programa da Secretaria-Executiva; Sylvia Toledo Gouveia, Diretora de Programa da Secretaria-Executiva; Ariosto Antunes Culau, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica; Wagner Vilas Boas, Secretário de Educação Superior; Fausto Luiz Jorge Padua, Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação Básica; **FNDE**: Marcelo Lopes da Ponte, Presidente. **UNDIME**: Luiz Miguel Garcia, Presidente; **Inep**: Alexandre Brandão, Diretor de Estudos Educacionais; **Conif**: Luciana Massukado, Reitora do Instituto Federal de Brasília; **Consed**: Natalino Uggioni, Secretário de Educação de Santa Catarina; Getúlio Ferreira, Secretário de Educação do Rio Grande do Norte. Participou, também, Luiz Roberto Curi, Presidente do CNE, entre outros ouvintes. Reuniram-se os participantes para tratar de assuntos relacionados ao Comitê Operativo de Emergência (COE) do Ministério da Educação. Maria Fernanda Bittencourt deu início à reunião, confirmando a presença dos integrantes do comitê. Ariosto Culau relatou que os esforços para o fomento dos cursos de educação profissional a distância, desde o início da pandemia, resultaram na adesão de dez estados, com uma oferta de cento e oitenta e cinco mil e setecentas vagas e investimento total do MEC de setenta e oito milhões de reais. Ariosto ressaltou que a ação contribuiu para a manutenção das atividades nos núcleos de educação a distância dos institutos federais e universidades, ajudando no desenvolvimento de ações não presenciais. Quanto ao segundo semestre, Ariosto informou que há um pedido de suplementação em tramitação, com vistas a dar continuidade ao programa até o final do ano. Com relação às atividades não presenciais, dentre as quarenta e uma instituições da rede federal, apenas quatro delas não têm previsão de retorno. Ariosto informou, ademais, que onze projetos específicos já foram apoiados, relacionados à conectividade, estrutura, equipamentos, constituição de ambientes virtuais e capacitação de professores. Além disso, Ariosto informou que foi discutido com o Conif a constituição de um grupo de trabalho para a elaboração e apresentação de estratégias de monitoramento e de retorno das atividades de ensino. Wagner ressaltou os esforços, por meio de ações conjuntas da Setec e Sesu, desde o início da pandemia, informando que, no momento, há no painel dezesseis universidades federais com aulas por meio remoto e oito universidades com aulas parciais (alguns cursos remotos e outros não). Wagner relatou que seguem acompanhando a previsão de retorno das universidades para implementarem o TIC remoto, com a previsão de retorno, em agosto, de mais vinte e sete unidades. Wagner relatou, ademais, que foi realizada uma primeira chamada com propostas de duas empresas e que será fechado contrato entre a RNP e a empresa Algar. A partir do contrato em questão, alguns institutos da região de Minas, área de abrangência da empresa, irão receber internet

a partir da próxima semana. Wagner informou, ademais, que uma segunda chamada foi realizada, relatando que há a expectativa que as grandes empresas de telefonia participem da nova proposta. Wagner relatou que esperam que na segunda quinzena de agosto a internet já esteja disponível para as universidades cadastrarem seus alunos para participarem do pacote de dados. A respeito das universidades que estavam mantendo suas atividades por meio remoto a partir de recursos próprios, foi liberado um milhão de reais pela Sesu, para que adquiram equipamentos para alunos em situação de vulnerabilidade social. Wagner informou, ademais, que, a partir de resultados positivos do segundo termo de segurança, o próximo passo será o encaminhamento de um modelo para o FNDE, para que seja realizado um chamamento voltado a estados e municípios que tenham interesse em fazer a adesão para obterem essa conectividade na educação básica. Em continuidade, Natalino Uggioni compartilhou com todos a apresentação das ações realizadas em Santa Catarina durante a pandemia. Natalino relatou que foi organizado um comitê composto por várias entidades para o desenvolvimento do protocolo, que visa a retomada das aulas presenciais. Natalino informou que o protocolo em questão tem como base cinco cadernos, que compõem diretrizes em cinco pilares, relatando, ademais, que o material foi direcionado aos alunos que têm mais condições de assimilar o conteúdo e de se comportar com as diretrizes estabelecidas e que essas diretrizes serão ajustadas para os outros anos. Natalino ressaltou que o foco do trabalho foi a segurança dos estudantes, profissionais da gestão da escola e professores, estendendo essa segurança aos pais dos alunos, contribuindo, desta forma, para que Santa Catarina tenha bons números em termos de saúde. Encerrada a apresentação, Giuseppe Gatto relatou que a ocupação dos leitos ainda é numerosa e que tem acompanhando que os governos têm desmobilizado instituições privadas e mantido as públicas, o que já era esperado. Giuseppe relatou dificuldades na aquisição de ventiladores e que estão adquirindo equipamentos a partir de uma parceria com o Ministério da Saúde. A respeito do Parecer nº11 do CNE, Luiz Roberto Curi relatou que o documento tem interação profunda com o parecer nº5/2020, que já foi homologado e que integra, de maneira ampla, novas questões constantes do Parecer nº11. Luiz Roberto detalhou alguns pontos que fazem parte do documento e relatou acreditar que o retorno às aulas, em circunstância alguma, será dado de forma plena, relatando que o Parecer discute modelos distintos de retorno. Luiz Roberto ressaltou que as recomendações gerais do Parecer nº 11 integram, entre outros pontos, a coordenação entre os entes federados, a autonomia na definição do calendário de retorno, a coordenação territorial e ações intersetoriais, o planejamento do retorno, a questão da comunicação, a formação de professores e capacitação das equipes, a flexibilização regulatória e a flexibilização acadêmica como instrumento de alcance aos objetivos de aprendizagens essenciais. Quanto à reestruturação do calendário 2020/2021, o Parecer considera que o ano letivo de 2020, com a alternância das atividades, possa ser encerrado no início de 2021. Luiz Roberto ressaltou, ademais, que a construção do Parecer nº 11 contou com profunda interlocução com Ministério da Educação e demais órgãos relacionados. Em continuidade, Luiz Miguel Garcia relatou que há posicionamentos distintos a respeito do retorno às aulas e que há uma pressão pelo retorno da educação infantil, em função do mercado de trabalho. Luiz Miguel reforçou que compreende que a construção de protocolos não tem relação com incentivo à volta às aulas, destacando que a valorização da vida deve estar acima de quaisquer decisões. Luiz Miguel ressaltou, ademais, que a BNCC permite reorganizar e reestruturar o processo de garantia dos direitos educacionais. Ao final, Luiz Miguel destacou a importância da celeridade da homologação do Parecer nº 11, expectativa também relatada por Getúlio Ferreira. Getúlio relatou a importância da interação

dos entes federados nesse momento, a partir da coordenação do Ministério da Educação, para que as pautas possam ser desenvolvidas. Na ocasião, Getúlio parabenizou os trabalhos realizados pela Setec durante da pandemia, destacando o edital de iniciação tecnológica para economia 4.0, relatando que o Rio Grande do Norte já está trabalhando no projeto com as escolas públicas. A respeito da indagação de Luiz Miguel a respeito da previsão de sanção presidencial da MP nº 934 , Sylvia Gouveia informou que o documento está em fase final de homologação e relatou acreditar que em poucos dias haverá uma posição mais concreta. Luiz Roberto relatou que o CNE recebeu, entre junho e julho, diversos indicadores de retorno das atividades, o que seria uma evidência positiva para que haja o aproveitamento do ano letivo em uma perspectiva de reposição. Ariosto Culau, a respeito das observações de Getúlio, informou que há em andamento uma proposta voltada ao fomento do itinerário nº 5, envolvendo as secretarias e também as unidades locais, relatando a importância do trabalho conjunto. Nada mais havendo a tratar, Maria Fernanda encerrou a reunião às 11h28. Eu, Renata Costa Cabral, servidora lotada na Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, lavrei a presente ata, que será assinada por mim. Brasília, 31 de julho de 2020.